

FILIE-SE

Adufrj lança campanha de sindicalização e oferece descontos para professores assistentes e adjuntos **Página 7**



ADUFRJ RECORRE CONTRA DECISÃO DO CONSUNI QUE PREJUDICA PROGRESSÃO DOCENTE

Páginas 2 e 6

ORGULHO

da UFRJ

Pesquisas da universidade vencem prêmio Capes de tese e orgulham comunidade acadêmica

Página 4

No apagar das luzes, gestão Bolsonaro corta orçamento da UFRJ e ameaça serviços

Página 3

VERGONHA do governo

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

Fazer política sindical não é lacrar nas redes. No dia 24 de novembro, o Conselho Universitário aprovou solicitação encaminhada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente, CPPD, para que os efeitos da promoção de professores começassem apenas após a aprovação do relatório do docente.

Cabe ressaltar que esta diretoria já havia preparado recurso judicial contra a medida. Nos faltou, é verdade, a iniciativa de negociar com a reitoria e com os conselheiros previamente.

No entanto, menos de 24 horas depois do Consuni, pedimos a revisão da decisão e solicitamos audiência com a CPPD.

Todas essas informações foram amplamente noticiadas na edição passada de nosso jornal, incluindo o convite para um debate amplo sobre o assunto. O encontro aconteceu hoje, sexta-feira, 2, com nossa assessoria jurídica, e contou com a presença de mais de 70 professores. Ao final, decidimos fazer um plantão jurídico no dia 9 de dezembro para esclarecer as dúvidas de cada docente. Também faremos uma reunião ampla com a CPPD e os professores interessados.

Mas, infelizmente, os ouvidos da oposição estão contaminados pelo processo eleitoral vindouro e passado. Fez vista grossa à nossa responsável autocrítica e, num gesto carnavalesco, distribuiu um abaixo-assinado contra a diretoria em que pergunta onde estamos.

Pois bem. Estamos onde sempre estivemos: ao lado das professoras e dos professores, em defesa da universidade, da ciência, contra os cortes orçamentários, a favor das cotas, da ampliação do acesso ao ensino superior, pela democracia e lutando incansavelmente para derrotar o governo Bolsonaro.

Aqui valem os parênteses de que nossa lida não é de ocasião. Nos elegemos dizendo que estaríamos ao lado do candidato com maiores condições de despachar o capitão e sua família.



Nossos opositores - tanto os que estão dentro da universidade quanto os que estão na porta dos quartéis - parecem não gostar de resultados eleitorais adversos. Desde o pleito que nos eleguemos em setembro de 2020, a chapa derrotada apela à Justiça contra o resultado das urnas. Da mesma maneira que os seguidores de Jair, a oposição alega que as urnas foram violadas.

Não repetiremos o gesto retórico e infantil de perguntar aos nossos opositores onde eles estão, até porque sabemos que estão na mesma esquina de sempre: aquela em que o imobilismo revolucionário encontra com uma universidade paralisada pela doença infantil do sectarismo.

Aos que preferem um outro espaço, mais generoso e construtivo, reiteramos nosso compromisso em combater as decisões recentes que alteraram a progressão e promoção na carreira docente na UFRJ.

FOTOS: FELIPE COHEN/DIVULGAÇÃO MUSEU NACIONAL



MENSAGENS PARA O FUTURO

Mais de cem itens foram selados na primeira cápsula do tempo do Museu Nacional, no último dia 25. Cartas de autoridades, jornais, documentos, vídeos, pequenos pedaços do Paço de São Cristóvão, desenhos de alunos de escolas públicas e até mesmo um kit covid, entre outros objetos e lembranças, serão desenterrados apenas em 2072. "Nos últimos meses, reunimos uma série de peças e materiais de interesse social, cultural e científico que vão gerar muita curiosidade daqui a 50 anos", disse Alexander Kellner, diretor da unidade.

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrj.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA

FLORA energia FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL

BauKurs. BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

MACAÉ ESCOLA ALFA

Estação Corporal CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL

humana HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

MAIS FITNESS MAIS FITNESS ACADEMIA

CORPUS CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA

RIO DE JANEIRO E MACAÉ

inspire INSPIRE ENERGIA SOLAR

Kalunga KALUNGA PAPELARIA

Raia DROGARIA RAIÁ

#OrgulhoDeSerUFRJ

DESGOVERNO ATÉ O FINAL

> MEC bloqueia verbas das universidades e, três dias depois, pela manhã, libera o uso dos recursos. No fim da tarde, corte ainda maior que o primeiro volta a ocorrer. UFRJ perdeu R\$ 15 milhões

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

O governo Bolsonaro deu mais uma amostra de despreparo para a gestão pública no apagar das luzes de 2022.

Primeiro, enquanto o Brasil rolava a bola nos gramados do Catar no dia 28, o MEC bloqueou R\$ 344 milhões das universidades. Só a UFRJ sofreu uma tesourada de R\$ 9,4 milhões. Apenas três dias depois, pela manhã, os recursos foram desbloqueados. No fim da tarde, houve novo bloqueio. Maior ainda que o primeiro. As universidades foram cortadas em R\$ 431,8 milhões. E a maior federal do país perdeu R\$ 15 milhões.

Segundo o governo, o bloqueio foi causado para atender ao teto de gastos públicos. Houve aumento de R\$ 2,3 bilhões do pagamento de benefícios previdenciários e de recursos para arcar com a Lei Paulo Gustavo, que demanda R\$ 3,8 bilhões neste ano, após decisão do Supremo Tribunal Federal.

No caso da UFRJ, os R\$ 9,4 milhões iniciais representavam todo o dinheiro disponível que ainda não havia sido empenhado para alguma despesa. Agora, o novo bloqueio avançou em despesas que já estavam empenhadas. Até o fechamento desta edição, a reportagem não conseguiu o detalhamento de quais ações foram prejudicadas nesta tesourada extra de R\$ 5,6 milhões.

O que se sabe, com certeza, é que o corte prejudica licitações e obras em andamento e ameaça o pagamento de firmas terceirizadas de vigilância e funcionários do Complexo Hospitalar da instituição. “Por ora, não tem nada atrasado. Mas já não devemos pagar os contratos de segurança no início de dezembro. Também não há recursos para a folha de dezembro dos extraquadros que seria paga no início de janeiro”, disse o pró-reitor de Finanças, professor Eduardo Raupp, em referência aos profissionais que completam a mão de obra das unidades de saúde da UFRJ. São aproximadamente 900 pessoas, que custam R\$ 2,2 milhões mensais.

Já o Museu Nacional poderá ser diretamente prejudicado com a retenção de R\$ 2 milhões que seriam investidos na conclusão de módulos laboratoriais, ao lado da Quinta da Boa Vista. Os recursos seriam utilizados principalmente para a implantação do sistema elétrico no local. “Nós tínhamos R\$ 4 milhões guardados para esta licitação. Eles nos tiraram R\$ 2 milhões.



Você tem um orçamento, planeja e depois é cortado. Fica muito difícil trabalhar sem um orçamento definido”

CÁSSIA TURCI

Decana do CCMN

Eu não posso fazer uma meia licitação”, criticou o diretor da unidade, professor Alexander Kellner, antes mesmo do novo bloqueio. “Foi uma covardia. Estamos inconformados com este corte. Temos que reverter essa insanidade”.

O bloqueio poderá travar duas obras muito aguardadas pela comunidade acadêmica: a troca dos precários elevadores do bloco A do Centro de Tecnologia — que também sedia unidades do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) — e a climatização do prédio da Física. Cada uma custa R\$ 1,5 milhão.

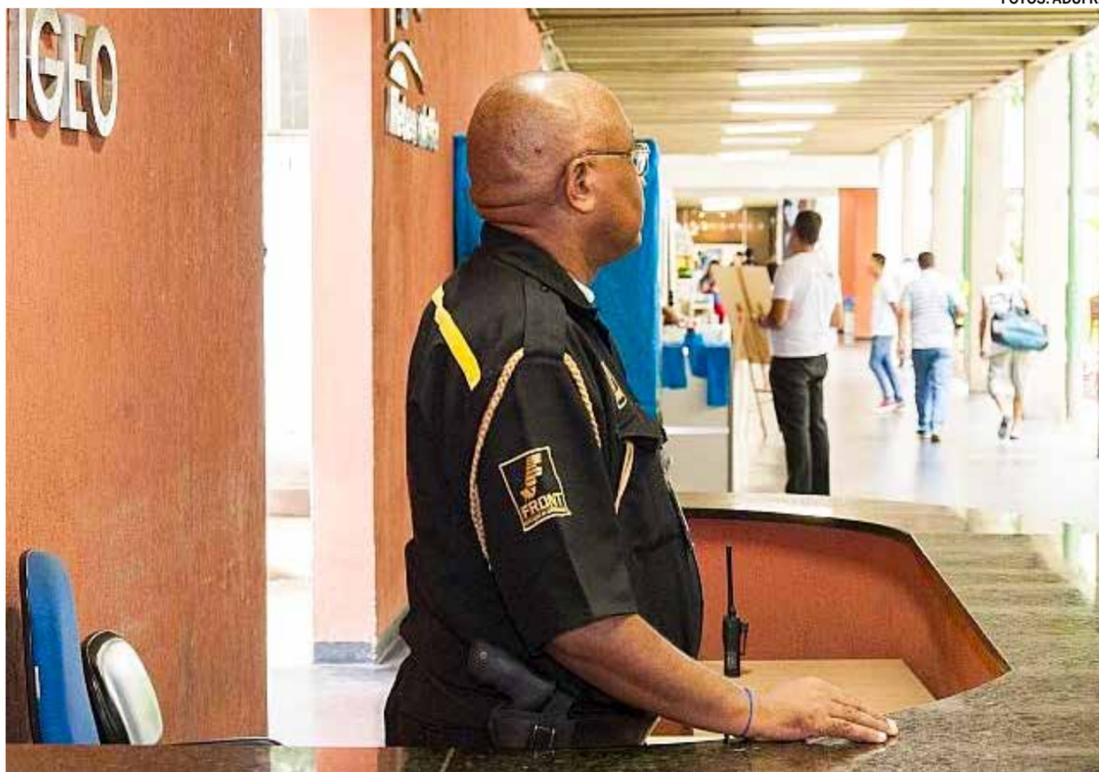
“Não é questão de luxo ter refrigeração. É lógico que afeta a saúde das pessoas, mas, no caso de laboratórios de física, química e alguns da geociências, não podemos ter equipamentos caríssimos funcionando em temperatura que não seja controlada”, afirmou a decana do CCMN, professora Cássia Turci. “E tenho docentes da Física e da Química que não podem subir escadas. Eles têm problema de mobilidade”, respondeu, em relação aos elevadores.

A dirigente também fica preocupada com a situação dos terceirizados. “É um trabalho importantíssimo. Aqui no CCMN, nós temos 10,3 mil estudantes, além dos que recebemos de várias outras unidades. Limpeza de banheiro a gente precisa fazer cinco ou seis vezes por dia. Um dia sem limpeza vira o caos”.

Cássia ressalta a dificuldade dos gestores. “Você tem um orçamento, planeja e depois é cortado. Fica muito difícil trabalhar sem um orçamento definido. Nunca passei por uma situação como essa durante anos e anos que tenho em gestão administrativa”, concluiu.

REAÇÃO NA ANDIFES

“A Andifes recebeu este bloqueio com muita surpresa. Acontecer isso praticamente na entrada do mês de dezembro é inusitado”, afirmou o presidente da entidade, professor Ricardo Fonseca, também antes do novo bloqueio. O dirigente lembrou que houve um primeiro corte, de R\$ 438 milhões, na metade do ano. “A situação é gravíssima”, completou.



FOTOS: ADUFRJ

TERCEIRIZADOS da vigilância estão entre os trabalhadores mais ameaçados pelos cortes

UNIVERSIDADES NOVAS PODEM FICAR NO VERMELHO

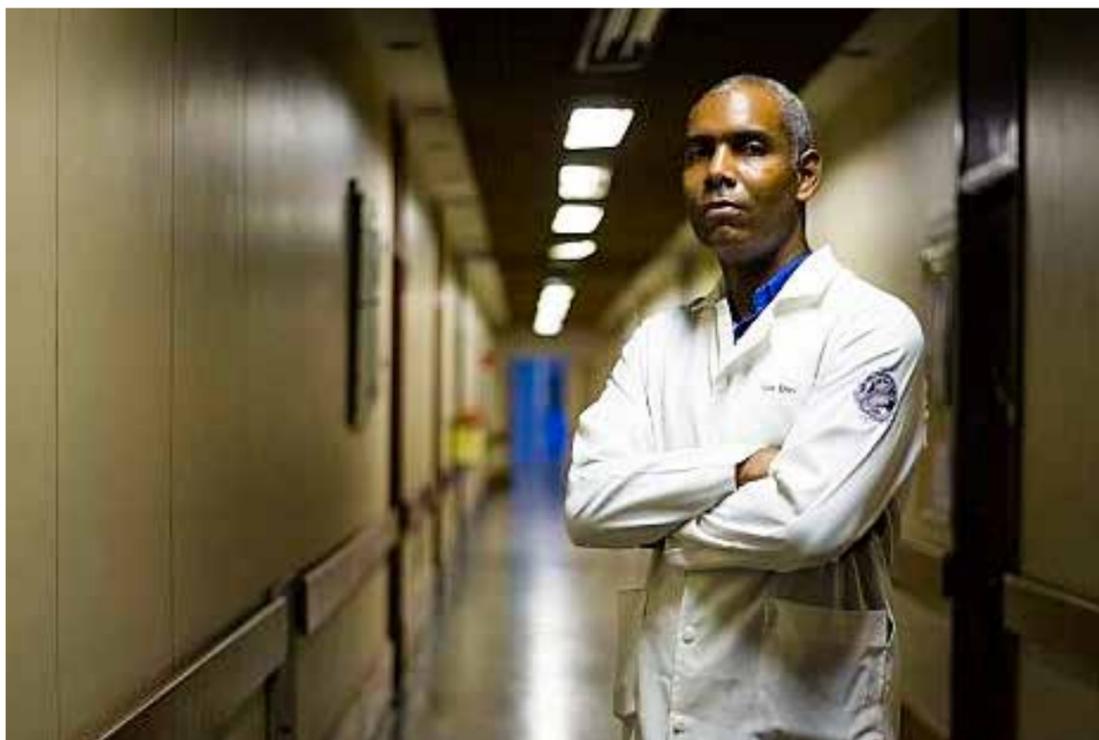
Antes do anúncio do novo corte, o auditório Roxinho do CCMN sediou, no dia 30, uma tensa reunião do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração (Forplad). Se nem todas as universidades enfrentam um drama financeiro como o da centenária UFRJ, chama a atenção o fato de que mesmo algumas das instituições mais novas podem ficar no vermelho pela primeira vez na história.

É o caso da Universidade Fe-

deral do Sul da Bahia, criada em 2013. “A UFSB perdeu R\$ 58 mil. Era absolutamente tudo que nós tínhamos para custear algo urgente. Já estamos com um déficit de mais de R\$ 1 milhão com nossos fornecedores”, disse o professor Franklin Matos, pró-reitor de Planejamento e coordenador do Forplad.

A situação não é melhor na Universidade Federal de Catalão (GO), fundada em 2018, e ainda muito dependente de verbas de investimento. “Foram bloquea-

dos mais de R\$ 3 milhões agora. Isso compromete consideravelmente o funcionamento de uma universidade recém-criada, que precisa criar uma infraestrutura adequada”, afirmou o professor Heber de Paula, pró-reitor de Finanças. “E ainda temos o não repasse de uma emenda de bancada que seria destinada ao pagamento do pessoal de folha terceirizada. Se houver essa liberação, a Federal de Catalão passa sem dívida, mas no limite e sem investimentos”.



EXTRAQUADROS do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho também podem ficar sem salários

PEC DA TRANSIÇÃO PODE ALIVIAR CONTAS

Um “alívio” nas contas está sendo costurado no Congresso, no debate sobre a chamada PEC da Transição. Uma das propostas previstas no texto é a liberação integral das receitas próprias das universidades

— provenientes, em geral, do aluguel de terrenos. Hoje, o governo impõe um limite em cada instituição e o excedente arrecadado retorna ao Tesouro. “Isso permitiria liberar as receitas próprias do ano que vem, mas, provavelmente,

também recuperar o superávit que estamos tendo agora, em torno de R\$ 15 milhões”, disse o pró-reitor Eduardo Raupp. “Mas segue premente a recomposição orçamentária de recursos vindos do Tesouro”.

UFRJ vence Prêmio Capes de Tese em três áreas

> Pesquisas da Educação Física, do Serviço Social e da Informação e Comunicação ganharam o prêmio máximo nacional. Outros seis autores da universidade receberam menções honrosas

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A excelência da UFRJ e de seus cientistas foi reconhecida pela Capes em nove teses este ano. Três delas ganharam o prêmio máximo nacional e outras seis receberam menções honrosas. Um dos grandes vencedores é o trabalho da pesquisadora Anna Cristina Brisola, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, uma parceria entre a Escola de Comunicação e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

“Eu falo sobre desinformação. Um fenômeno que manipula a humanidade há séculos. Escrevo sobre como precisamos ter competência crítica para não cair nessas armadilhas, proponho ferramentas”, descreve. “Falar sobre desinformação num momento em que as pessoas estavam morrendo em decorrência exatamente do meu objeto de estudo foi extremamente doloroso”, lembra.

Justamente pelo momento histórico, com o mundo atravessando uma pandemia, o prêmio teve um gosto ainda mais especial para Anna. “Para mim, atende a um grito desesperado. Eu olho para esse prêmio e vejo que meu trabalho tem relevância. Alguém me ouviu”.

O orientador da pesquisa é o professor Marco Schneider, do IBICT. “Esse reconhecimento

nos deu certa esperança de que nem tudo está dominado. A Capes ter analisado e reconhecido uma tese com esse tema mostra que ainda há independência nas instituições, apesar do momento político”, destaca o docente. “É um orgulho. O trabalho é extremamente sério. E esse resultado nos mostra que estamos no caminho certo”.

A relevância do tema deu a Anna Cristina a oportunidade de aprofundar sua pesquisa num pós-doutorado no Brasil. O prêmio para os vencedores é uma bolsa de um ano. “Vou fazer meu ‘pós-doc’ na Federal da Paraíba. Meu projeto busca constituir um modelo de aplicação da minha teoria. A ideia é munir as pessoas de ferramentas, prepará-las para que elas consigam identificar e não replicar uma desinformação”.

Outra tese vencedora é a da assistente social Mariana Paiva, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Ela discute as reformas que atingiram o funcionalismo nos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. A pesquisadora considera que sua experiência profissional foi determinante no desenvolvimento do trabalho. “Sou técnica-administrativa numa universidade federal, a UniRio, e fui pró-reitora de Pessoal por dois anos, até a aprovação da Ebserh – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – na universidade”, conta. “Durante aqueles dois anos, pude ter acesso e conhecimento sobre os instrumentos jurídicos do Estado para o



EXCELÊNCIA. Da esquerda para a direita: Anna Cristina Brisola, da Ciência da Informação, Rafael Marques Garcia, da Escola de Educação Física e Desportos, e Mariana Paiva, da Escola de Serviço Social

desenvolvimento da carreira dos trabalhadores do serviço público. Essa experiência me permitiu fazer um debate mais amplo sobre o assunto”.

Ela acredita que a análise de mais de duas décadas de mudanças na carreira dos servidores foi um dos diferenciais da pesquisa. “O percurso longo mostra que essas contrarreformas são diferentes nas formas, mas apontam para os mesmos objetivos: a precarização”, resume. “A partir disso, desenvolvemos um novo conceito, o de reestruturação destrutiva”, afirma.

A orientadora da pesquisa é a professora Sara Granemann. “Mariana e eu temos uma trajetória longa, desde o TCC, o mestrado, o doutorado. O que mostra que a pesquisa é um investimento de longo prazo”, sublinha a docente. “Uma das conquistas mais importantes da humanidade é o poder fazer pesquisa. E, no Serviço Social, fazer pesquisa é falar sobre o cotidiano dos trabalhadores, fazer reflexões sobre o corte de orçamento, sobre privatizações



não clássicas”, afirma. “Quando atuamos politicamente, aliamos nossa prática às nossas pesquisas”.

Já na área de Educação Física, o vencedor foi o professor Rafael Marques Garcia, que discute a participação de mulheres transsexuais no vôlei brasileiro. “É um tema muito delicado e ainda pouco explorado. Conseguimos fazer um grande levantamento, investigamos alguns casos, fizemos o mapeamento desse cenário no Brasil e o reflexo nas áreas educacionais”, descreve. “Socialmente, há um apelo muito grande para esclarecer pontos nessa problemática. A gente contribui para lançar uma discussão nesse cenário”, afirma.

O pesquisador é professor da Escola de Educação Física desde fevereiro deste ano e destaca a importância das políticas sociais em sua trajetória. “A UFRJ é um fator determinante para esse resultado. Eu fiz iniciação científica, passei pela extensão, monitoria. Venho de uma cidade no interior de São Paulo, Brotas, e precisei muito das políticas de



permanência estudantil. Sem elas, não teria conseguido aprofundar minhas pesquisas”, disse. “Mesmo com tanta dificuldade, a pesquisa brasileira consegue contribuir propositivamente para a sociedade”.

MENÇÕES HONROSAS

Entre as teses que receberam menção honrosa está a da pesquisadora Patrícia Pinto Abrantes, do Programa de Pós-Graduação em Física. “Trazer esse prêmio para a UFRJ, que é a minha segunda casa, é um grande presente”.

A pesquisa investiga os diferentes tipos de interação entre luz e matéria. “É uma pesquisa teórica para controle das interações, que pode servir para o desenvolvimento de novos equipamentos, por exemplo”, explica.

Um dos orientadores de Patrícia é o professor Felipe Rosa, ex-diretor da AdUFRJ. “Um dos nossos trabalhos é formar pesquisadores. Mesmo dadas todas as limitações orçamentárias, a gente tem conseguido fazer esse trabalho com excelência”.

NOTA

FORTES CHUVAS DEIXAM MACAÉ DEBAIXO D'ÁGUA

A imagem ao lado impressiona. O pórtico azul-marinho é a entrada da Cidade Universitária do Centro Multidisciplinar de Macaé, onde a água atingiu mais de um metro de altura na quarta-feira, dia 30 de novembro. Choveu, na cidade, 50% a mais do que o esperado para todo o mês. O rio Macaé transbordou e alagou a cidade. A comunidade acadêmica que estava no local no momento das chuvas precisou ser retirada com o auxílio de barcos. Ninguém se feriu.

O Nupem, outro instituto da UFRJ em Macaé, não teve prejuízos, mas um de seus acessos também ficou comprometido com o transbordamento de um córrego. Devido às enchentes, o abastecimento de água potável na região foi interrompido.

Por conta da dificuldade de lo-



comoção e das várias regiões da cidade atingidas pela cheia, o decano do Centro Multidisciplinar, professor Irnak Marcelo Barbosa, suspendeu as atividades acadêmicas até o dia 3 de dezembro.

A prefeitura do município também decretou a suspensão das atividades nas escolas da região. A Rodovia Amaral Peixoto, principal via de acesso à cidade, ainda tem trechos interditados.

DIVULGAÇÃO

UFRJ ABRE LICITAÇÃO PARA ÁREA DA PRAIA VERMELHA

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 23 o aviso de abertura da licitação para as obras do novo espaço de cultura da Praia Vermelha. A empresa vencedora deverá, entre outras obrigações, realizar os estudos de impacto e o projeto executivo para a casa de espetáculos e seus anexos, além da construção de bandeirão e prédio acadêmico, previstos no projeto da reitoria. De acordo com o aviso divulgado, os documentos “relativos à licitação deverão ser entregues em sessão pública”, no dia 19 de dezembro. A abertura dos envelopes ocorre dois dias depois, também em sessão pública.

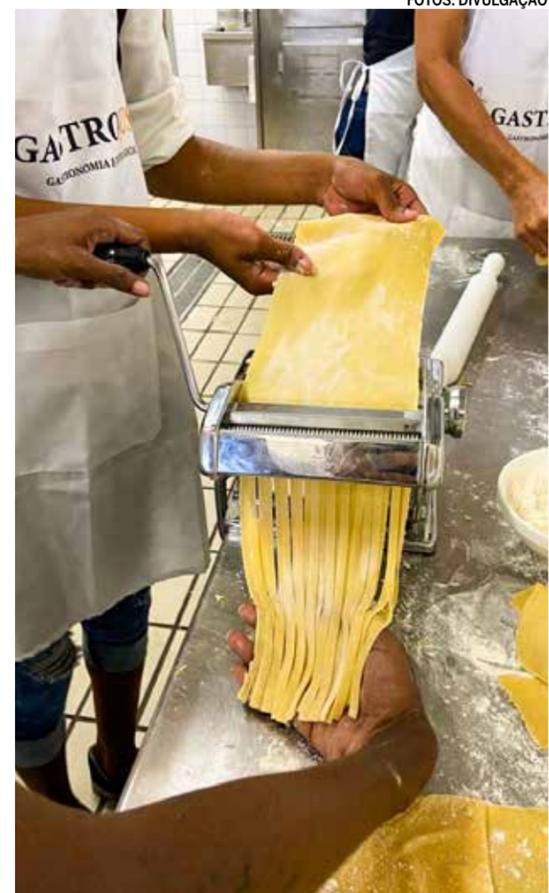
O edital do projeto prevê a concessão da área por 30 anos com

possibilidade de prorrogação deste prazo limitada a, no máximo, cinco anos. A empresa que vencer a licitação deverá realizar investimentos obrigatórios de pelo menos, R\$ 181,4 milhões. Ainda segundo o documento, extinta a concessão, todos os bens retomam à posse da UFRJ.

A principal mudança entre o projeto apresentado pela reitoria em agosto e o edital publicado está no tempo de construção das contrapartidas da UFRJ. Antes, a previsão era de apenas um ano depois que a casa de shows estivesse em operação e gerando lucros. Agora, deve ocorrer em paralelo à obra do espaço multiuso. “Fizemos essa mudança após escutar a comunidade acadêmica”, destaca o vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha. Segundo o dirigente, a expectativa é que o vencedor seja conhecido ainda este ano.

#OrgulhoDeSerUFRJ

FOTOS: DIVULGAÇÃO



CURSO DA GASTRONOMIA AJUDA A TRANSFORMAR VIDAS DE EX-DETENTAS

IGOR VIEIRA
comunica@adufrrj.org.br

O curso é uma luz na minha vida. Tenho satisfação em acordar e vir para a UFRJ. Sempre sonhei em pisar aqui”, afirma Penha da Silva, de 56 anos, aluna do “GastroJus - Gastronomia e Justiça Social”.

O curso de extensão, iniciado em outubro, oferece aulas práti-

cas e teóricas para mulheres que já passaram pela prisão, que respondem processo em liberdade ou que receberam liberdade provisória em audiência de custódia. Nesta primeira edição, foram 25 matriculadas.

O GastroJus é estruturado em oito aulas semanais, sempre às quintas-feiras, no Bandeirão Central. Além das aulas na cozinha, as alunas aprendem serviço de mesa e empreendedorismo feminino. A ideia veio da ex-professora da Gastronomia

Luciana Simas, que hoje atua como consultora no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Luciana buscou apoio do Tribunal de Justiça e de outras instituições. O Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário, por exemplo, fornece os insumos para o curso.

As aulas no bandeirão se transformam em uma ferramenta de inclusão social, ajudando na reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho. “Muitas já trabalharam com cozinha ou na

área de alimentos. Não podemos cravar que o curso ajudou, mas uma delas conseguiu um emprego”, afirma a coordenadora da iniciativa, professora Mara Lima.

ACOLHIMENTO

A docente destaca o acolhimento, que começa na recepção das estudantes na estação do BRT e prossegue com um café da manhã, antes das atividades. “Entendemos o grupo como uma rede que se retroalimenta

e apoia, não só partindo de nós. Juntas, as alunas vulneráveis também se apoiam”.

Alunos dos cursos de gastronomia e nutrição se dividem entre ministrar as aulas e monitorar as atividades. A estudante de gastronomia Karen Calzolari, do sexto período, quis participar para ensinar o que aprendeu na faculdade. “Quando dei aula de massas, muitas me disseram como se sentiam acolhidas na cozinha, o que não sentem em outros lugares”.

PARA A EDUCAÇÃO VOLTAR A SER PROTAGONISTA

“Antes de se internacionalizar, é preciso que o ensino superior se nacionalize”. O professor Naomar Almeida, do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, defendeu a ideia em conferência realizada no Fórum de Ciência e Cultura, no dia 29. “É um desafio, porque, além de resgatar vínculos e laços com a sociedade real do Brasil, ela ainda precisa se reconstruir para conseguir sobreviver”. Uma clara referência ao projeto destruidor do governo Bolsonaro.

No debate do Fórum, a proposta era pensar um projeto progressista para a educação em contraponto ao que ocorreu nos últimos quatro anos. E, neste aspecto, o docente da USP não aliviou em relação ao papel das universidades. Para Naomar, as instituições devem ser mais ágeis no diálogo com a população. “A universidade precisa se movimentar, se abrir”, afirma. Naomar cobra propostas que superem os muros das instituições. “Erradicar o analfabetismo com os recursos que temos deveria ser o projeto de extensão número um de todas

as universidades”, diz.

A necessidade de as instituições superiores de educação se movimentarem também foi enfatizada por Maria Fernanda Elbert, professora de Matemática da UFRJ. Mas não só para fora. Para atacar altas taxas de evasão, a docente defende que a universidade precisa entender melhor seu próprio aluno, que deve se sentir acolhido e integrado. “O quanto esse estudante se sente confortável no espaço estudantil está diretamente ligado ao tempo de permanência dele na universidade”, diz Maria Fernanda, titular da Cátedra Universidade do Futuro do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE).

Mas nada disso, claro, pode acontecer sem o professor. Que precisa ser valorizado, segundo Carmen Teresa Gabriel, coordenadora do comitê permanente do Complexo de Professores da UFRJ. “É preciso reconhecer o protagonismo do professor neste processo. Principalmente o de educação básica. Ele tem voz, mas precisa ter mais força”, diz.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Em paralelo, é necessário integrar todas as esferas de ensino. “É nas incompletudes entre escola e ensino superior que vamos conseguir resolver os problemas, e não na articulação deles enquanto agentes separados”, conta Teresa, que é titular da Cátedra de Formação de Professores, do CBAE.

ESPERANÇA

Hoje, ao menos, a universidade experimenta mais diversidade, e enriquece o ensino, a pesquisa

e a extensão com essa mudança de perfil do alunado. Só que é preciso avançar. “Temos uma universidade mais diversa se compararmos com o passado, mas ainda não está bom. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo”, afirma a reitora da UFRJ, Denise Pires de Carvalho, que coordenou a mesa.

De olho no próximo governo, a reitora aguarda mudanças que podem aperfeiçoar o sistema de educação. Denise enfatiza a urgência de recomposição do

orçamento. As verbas da UFRJ correspondem à metade do que já foram em 2015. “E nós temos 30 mil alunos a mais do que há sete anos”, conta.

Outra proposta é acabar com a lista tríplice para reitor das universidades. “É ruim a interferência direta do governo nas instituições de Estado. As universidades não são ideológicas e, sim, espaços da pluralidade de ideias e da diversidade de pensamentos”, afirma.

(Júlia Fernandes)

AdUFRJ entra na justiça pelas progressões

> Sindicato organiza plantão jurídico especial no próximo dia 9 para atender professores prejudicados na progressão dentro da carreira e na obtenção do adicional de insalubridade

KELVIN MELO
kelvin@adufjr.org.br

A AdUFRJ ajuizará uma ação coletiva nos próximos dias para preservar os direitos dos professores durante o desenvolvimento na carreira. O objetivo é derrubar um conjunto de regras da universidade que, nos últimos anos, tem limitado os efeitos financeiros e acadêmicos das progressões e promoções. Para subsidiar o processo, na próxima sexta-feira (9), o sindicato organizará um plantão jurídico especial para tratar do tema, além de problemas relacionados ao adicional de insalubridade (veja quadro abaixo). A marcação deve ser feita pelo whatsapp (21) 99808-0672.

A gota d'água para o processo das progressões foi a resolução do Conselho Universitário do dia 24 que restringiu os efeitos à data da aprovação na comissão avaliadora. Quando ela ocorre antes do interstício sob análise — os relatórios de atividades podem ser apresentados 60 dias antes do término para a maioria das classes e 90 dias antes, nas promoções para a classe de titular —, a data passa a ser a do fim do período avaliado. Antes, os efeitos já contavam desde a data do pedido feito por cada professor.

“Entendemos que qualquer professor tem direito ao reconhecimento de suas progressões e promoções, desde que cumpridos os respectivos interstícios, e ainda que seus pedidos sejam apresentados em momento



KELVIN MELO

futuro”, defende a assessora jurídica da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano. “As avaliações, mesmo as feitas após o interstício, apenas ratificam uma produção acadêmica e um tempo exercido pelo professor na universidade”, completa.

Com base no mesmo argumento, a AdUFRJ também reivindica a possibilidade de apresentação deste pedido de forma múltipla ou sequencial, quando os docentes acumulam mais de um interstício de trabalho.

Nesta sexta-feira (2), o sindicato realizou no Centro de Tecnologia uma reunião híbrida com os professores interessados na ação coletiva relativa à carreira. Também foram chamados os docentes com dificuldades para obter o adicional de insalubridade. Aproximadamente 80 pessoas participaram. O clima era de indignação com o tratamento recebido na universidade.

“Considero que a nossa reitoria está num flagrante assédio



As avaliações, mesmo as feitas após o interstício, apenas ratificam uma produção acadêmica e um tempo exercido pelo professor na universidade

ANA LUÍSA PALMISCIANO
Assessora Jurídica da AdUFRJ

institucional com os professores. Nós temos os direitos às nossas progressões e aos nossos

valores de insalubridade, mas as restrições que são colocadas para conseguir estes benefícios estão sendo muito maiores do que a exigência legal”, criticou o professor Jackson Menezes, do Nupem. Integrante da gestão anterior da AdUFRJ, o docente avalia que será perda de tempo fazer novas reuniões com a administração superior para resolver estes problemas. “Temos que judicializar mesmo. Todas as negociações possíveis e imagináveis já foram feitas”.

Do Instituto de Química, o professor Rodrigo Volcan concordou com a judicialização dos casos, mas avaliou que ela deve ser acompanhada de ações políticas. “Precisa fazer estes movimentos políticos para reforçar, inclusive, a ação jurídica. Seria muito importante a reunião com a CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) e com a PR-4 e também com a CPST (Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador”, disse,

em referência ao setor da prorrogação de pessoal responsável pela emissão dos laudos periciais que embasam os chamados adicionais ocupacionais, entre eles o da insalubridade.

Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres informou que houve um pedido de audiência com a CPPD. E que, sendo marcada uma data, a ideia é abrir o encontro para o conjunto de professores interessados, atendendo solicitações de vários colegas. “Nosso jornal fez várias reportagens sobre a questão da insalubridade. E certamente vamos continuar fazendo”, disse. “Vamos realizar esse plantão especial do dia 9 e, em seguida, vamos impetrar as ações”.

HISTÓRICO

Em meados de 2019, a AdUFRJ foi informada pela PR-4 e pela CPPD de que seriam paralisadas as chamadas progressões e promoções múltiplas. O sindicato realizou várias reuniões com os professores que seriam prejudicados e foi ao Consuni para apresentar parecer contrário à medida.

No final daquele ano, o sindicato desempenhou papel decisivo para elaborar uma solução administrativa que atendeu vários docentes com interstícios acumulados sem análise. Mas, a partir de novas resoluções do Conselho Universitário, o direito às progressões acumuladas foi extinto.

Desde então, o sindicato tem conseguido sentenças individuais favoráveis contra decisões da universidade que impediram a realização de avaliação pelos professores em relação a seus pedidos de retroação de suas progressões e promoções.

UNIVERSIDADE DESRESPEITA DIREITO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A AdUFRJ também vai cobrar na Justiça o reconhecimento ao direito dos docentes que trabalham em condições nocivas à saúde. “É a ação mais difícil. Precisamos apresentar, em termos coletivos, situações que os docentes enfrentam em ambientes de trabalho diferentes”, explica Ana Luísa. Um cenário que ficou ainda mais complicado depois que o governo editou uma instrução normativa, em março deste ano, limitando o adicional apenas aos servidores que passem, no mínimo, 50% da jornada em ambiente insalubre.

Desde 2019, a assessoria

jurídica recebe reclamações de professores que, mesmo sem se desligar de suas atividades em laboratórios, sofreram corte do adicional de insalubridade quando assumiram cargos de chefia ou quando mudaram de lotação — por exemplo, de Macaé para o Rio.

Há muitos casos em que os professores também não recebem os adicionais quando a perícia da UFRJ é inconclusiva. O que só ocorre pelo simples fato de o setor responsável não possuir os equipamentos de medição adequados e preferir seguir as orientações restritivas do governo. Ou seja, os docentes são punidos por um problema do empregador.

De 2019 e 2020, a Adufjr tentou solucionar o problema em várias reuniões realizadas com a reitoria e, especificamente, com a prorrogação de Pessoal (PR-4). Também foi solicitado nestes encontros que a universidade passasse novamente a contar como tempo especial todo período trabalhado pelos docentes em condições nocivas, como decidido em julgamento do Supremo Tribunal Federal de setembro de 2020.

Apesar de todo o esforço do sindicato, as perícias realizadas continuam sendo feitas com um entendimento restritivo ao direito dos professores. A AdUFRJ, através de sua assessoria jurídica, tem

ajuizado dezenas de ações individuais para minimizar esses danos.

Durante o período da pandemia, o sindicato precisou apresentar medida coletiva para preservar os adicionais ocupacionais pelos docentes. O governo exigia frequência para fazer os pagamentos, durante o período do trabalho remoto. Não houve decisão favorável na Justiça, mas, após reuniões da AdUFRJ com gestores das unidades, muitos docentes conseguiram o lançamento do código de presença no sistema do governo.

Também é importante destacar a atuação do sindicato, no início de 2018, quando o Ministério da

Economia determinou o corte dos adicionais ocupacionais de todos os servidores que não migrassem todas as informações exigidas pelo novo sistema do governo. A AdUFRJ apresentou ação coletiva contra a medida e obteve liminar favorável.

Como resultado desta ação judicial, muitos professores recebem os adicionais ocupacionais em seus contracheques através de uma rubrica denominada “adicional ocupacional não transitado em julgado”. A ação da AdUFRJ foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal.

ADUFRJ LANÇA CAMPANHA DE FILIAÇÃO

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Com o mote “Fortalecer a AdUFRJ é defender os professores”, o sindicato lança sua nova campanha de sindicalização. Todos podem se associar, mas adjuntos e assistentes terão gratuidade na mensalidade nos dois primeiros anos em que estiverem filiados. Além disso, terão

acesso à assessoria jurídica, avaliação para plano de saúde, assistência para progressão e descontos em todos os convênios oferecidos pela AdUFRJ.

Presidente da associação, o professor João Torres destaca a importância de os professores terem um espaço de defesa de seus direitos. “Além de todos os benefícios já mencionados, é muito importante que exista uma voz independente, lutando

pelos docentes”, acredita. “O sindicato é um elemento importante numa democracia. A vitória de Lula torna essa instância ainda mais importante, porque nossa missão primeira é negociar com o governo e pressionar por melhores condições para a categoria, com firmeza e responsabilidade”, afirma o dirigente.

A professora Mayra Goulart, vice-presidente da associação, também sublinha o caráter po-

lítico de organização da categoria. “O professor vive um processo de compressão dos seus salários. É por isso que estamos adotando uma espécie de ‘carência’ das contribuições”, diz. “Não se trata de um benefício puramente pecuniário, mas de uma compreensão política sobre a precarização dos salários desses colegas”, reconhece.

A ideia é aumentar o número de professores sindicalizados – hoje são 3.410 filiados – para ampliar a representatividade política da AdUFRJ. “Precisamos aumentar nossa capacidade de luta pela categoria e isso se dá com representatividade”, conclui a professora.

A possibilidade de descontos

em produtos e serviços é garantida a partir do momento em que o docente se filia à entidade. É o que destaca Meriane dos Santos, do Setor de Convênios. “Temos parcerias com escolas, cursos, academias, clínicas. O valor dos descontos muitas vezes é maior do que a contribuição mensal do professor. No caso de quem terá a isenção das mensalidades, o benefício se torna ainda maior num momento de crise financeira que atinge vários setores da nossa sociedade, inclusive o docente”, observa. A filiação pode ser feita pessoalmente, na sede da AdUFRJ (Prédio do CT, bloco D, sala 200 – Cidade Universitária) ou pelo site: filiados.adufjr.org.br.



PROFESSOR 

PRESENTE!!

FILIE-SE

FORTALECER A AdUFRJ É DEFENDER OS PROFESSORES

NOVOS SINDICALIZADOS TERÃO:

✓ **GRATUIDADE NOS PRIMEIROS DOIS ANOS PARA DOCENTES ADJUNTOS E ASSISTENTES**

✓ **CONTRIBUIÇÃO DE 0,4% NOS 24 MESES SEGUINTE**

✓ **ATENDIMENTO JURÍDICO**

✓ **AVALIAÇÃO DE PLANO DE SAÚDE**

✓ **ASSESSORIA PARA PROGRESSÃO**



**FALE CONOSCO:
(21) 99644-5471**

AdUFRJ
PROFESSORES DA UFRJ



CONTRASTE. À esquerda, a fachada do bloco A já dá uma prévia dos problemas de infraestrutura enfrentados pelos moradores. À direita, o bloco B recém-reformado

BLOCO A DE ABANDONADO, BLOCO B DE BENQUISTO

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufRJ.org.br

Passados cinco anos do incêndio no bloco B, que reduziu pela metade o número de vagas da residência estudantil – de 504 para 252 –, o prédio finalmente é renovado e se prepara para receber os estudantes no início de 2023. “A reconstrução do bloco B está pronta, agora estamos na fase de colocar toda a mobília. Mesa, cadeira, cama, ventilador, geladeira, máquina de lavar, micro-ondas, isso tudo tem que estar lá dentro. À medida que as coisas vão chegando, vamos fazendo a organização dos quartos”, explica Roberto Vieira, pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7).

A princípio, o alojamento reformado não terá quartos especiais que atendam a pessoas com deficiência, mas já existe um projeto para a sua construção. “Quando esses quartos estiverem prontos haverá abertura de um edital para acesso específico para PCDs. Por enquanto, essas pessoas, caso selecionadas, vão receber um auxílio moradia financeiro”, diz o pró-reitor.

Com a estreia iminente do segundo bloco, a PR-7 abriu o edital semestral para a concessão de auxílios que, pela primeira vez em dez anos, disponibiliza vagas para moradia no alojamento. “Pelos últimos dez anos, as vagas da residência foram preenchidas por ocupação. Se um morador se formava, simplesmente passava a chave do quarto para outro estudante”, explica o pró-reitor. O estudante Luc Kuruta, de Gastronomia, foi morar no alojamento durante esse intervalo. “Eu vim como ocupante em 2015, mas só consegui um quarto no ano seguinte. Foi um processo um pouco demorado por conta de toda burocracia da UFRJ, porque naquela época não existiam editais abertos para morar aqui. Você vinha como ocupante e depois concorria ao processo de bolsa moradia, que nem existe mais”, conta.

Em setembro, a PR-7 abriu um edital para a regularização dos estudantes que ocupam o Bloco A com base em crité-

> Bloco B do alojamento estudantil se prepara para receber estudantes cinco anos depois do incêndio que o destruiu. Bloco A ainda preocupa

rios acadêmicos e socioeconômicos. O objetivo é garantir que o benefício está alcançando os alunos que têm prioridade e solucionar situações nas quais mais de um estudante ocupa um quarto individual. “De acordo com os critérios da PR-7 para a concessão dos auxílios, quem tem prioridade para as novas vagas no alojamento são os estudantes com maior vulnerabilidade”, explica Roberto Vieira. Para ter direito a um quarto, o estudante de graduação precisa ter renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e estar inscrito em ao menos uma disciplina. “Já fizemos a regularização para todos os auxílios, então já sabemos quais estudantes não estão aptos a ocupar vagas no alojamento e vão ter que sair. Por isso, temos uma noção de quantos quartos serão liberados para receber os estudantes aptos que atualmente estão agregados, dividindo quartos”, completa.

BLOCO A PREOCUPA MORADORES

Com a reabertura do Bloco B no horizonte próximo, a preocupação dos estudantes se volta de forma mais intensa

para o Bloco A, no qual convivem com velhos problemas de infraestrutura. “A gente pegou o prédio numa situação boa, mas como não há manutenção, ele vem decaindo”, diz o estudante Luc Kuruta. “Isso influencia muito a nossa condição de vida, porque vivemos com medo de o teto tombar de novo ou de acontecer uma inundação e a gente perder coisas no apartamento, como já perdemos”, completa.

Roberto Vieira tranquiliza os moradores com a notícia de que já foi contratada uma empresa para fazer pequenas manutenções e reparos nos blocos. “Quando queimar uma lâmpada ou chuveiro, quando cair um pedaço de gesso ou uma parte precisar de pintura, a empresa poderá atender aos moradores imediatamente”, garante.

Mas o bloco ainda apresenta problemas estruturais que impactam diretamente a vida dos estudantes. “O nosso módulo é um dos mais inteiros e ainda assim tem infiltração e os armários já caíram quase todos. A ventilação não é boa, as redes elétrica e hidráulica vivem dando problema”, conta Thallita Sanches, estudante de Biologia. “O que me incomoda aqui é a questão da segurança. Qualquer pessoa pode entrar sem ninguém saber. É um problema que precisa ser resolvido”, completa Meschac Bodea, estudante de Educação Física.

Roberto Vieira garante que a reitoria está ciente dos problemas e já desenvolve soluções. “Temos um projeto em fase de licitação para trocar o telhado da parte da frente do prédio e solucionar os problemas de infiltração”, diz. “Estamos com um projeto para instalar câmeras em torno do alojamento e foi licitado o controle de acesso ao prédio. Só será permitida a entrada de moradores e visitantes autorizados”, finaliza o pró-reitor.



■ A reportagem flagrou cenas preocupantes no Bloco A da residência estudantil. Há fiações expostas, infiltrações, vazamentos e até placas de gesso caídas do teto. A situação gera insegurança entre os moradores. “Vivemos com medo de o teto tombar de novo ou de acontecer uma inundação e a gente perder coisas no apartamento”, desabafa o estudante Luc Kuruta.